

CAPÍTULO 8

LIBRAS, AUTORIA E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA POR MULHERES SURDAS: PROTAGONISMO, PRODUÇÃO E CIRCULAÇÃO DE CONHECIMENTOS



<https://doi.org/10.68044/j7dfjg68>

Jaqueline Boldo ¹

*Doutora em Linguística, pela Universidade Federal de Santa Catarina.
Docente de Libras (LSB/CCE) /UFSC.*



Giovana Cristina de Campos Bezerra ²

Doutoranda em Estudos linguísticos e estudos literários pela Universidade Federal do Pará (UFPA).



Ivonne Azevedo Makhoul ³

Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB). Docente de Libras no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais (IFMG), Campus Ouro Branco.



Priscilla Fonseca Cavalcante ⁴

Doutora em Linguística (UFSC). Docente do Departamento de Ensino Superior (DESU/INES) e Coordenadora de Disciplina Libras pelo CECIERJ/CEDERJ.



Renata Rodrigues de Oliveira Garcia ⁵

Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília e Docente da Universidade Federal de Goiás/UFG.



Carla Damasceno de Moraes ⁵

Doutora em Linguística Aplicada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pesquisadora nas áreas de línguas de sinais, literatura e SignWriting.



RESUMO: Este artigo analisa as relações entre Libras, autoria e divulgação científica protagonizadas por mulheres surdas, considerando sua inserção na produção, legitimação e circulação de conhecimentos acadêmicos. O objetivo é discutir como pesquisadoras, professoras, escritoras e lideranças surdas transformam experiências visuais, linguísticas e culturais em práticas autorais capazes de tensionar formas históricas de silenciamento e desigualdade epistêmica. Metodologicamente, desenvolve-se uma pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, fundamentada em estudos sobre mulheres surdas, autoria, Estudos Surdos, cultura visual, protagonismo e divulgação científica em Libras. A análise evidencia que a presença de mulheres surdas na ciência amplia repertórios epistemológicos, fortalece processos de autorrepresentação e questiona a centralidade exclusiva da língua portuguesa escrita na comunicação acadêmica. Conclui-se que ampliar publicações em Libras, vídeo-registros, sinalários e recursos digitais acessíveis constitui condição estratégica para democratizar a ciência, reconhecer autorias surdas e promover justiça linguística no ensino superior brasileiro contemporâneo e em outros espaços públicos de conhecimento social.

Palavras-chave: Libras; Mulheres surdas; Autoria científica; Divulgação científica.

INTRODUÇÃO

A produção científica não é constituída somente por resultados, métodos e instrumentos de investigação; ela é também atravessada por relações linguísticas, históricas e sociais que definem quem pode produzir conhecimento, em que língua esse conhecimento pode ser registrado e quais formas de circulação são reconhecidas como academicamente legítimas. Quando esse debate é situado no campo dos Estudos Surdos e relacionado às trajetórias de mulheres surdas, tornam-se evidentes tensões que ultrapassam a ideia de acessibilidade como mera adaptação. Trata-se de reconhecer mulheres surdas como pesquisadoras, autoras, professoras, escritoras, intelectuais, lideranças e produtoras de discursos científicos, capazes de formular problemas,

construir conceitos, registrar experiências e participar das disputas de sentido que constituem a universidade e outros espaços de conhecimento.

A presença de mulheres surdas na ciência brasileira ainda é marcada por desigualdades de gênero e por barreiras linguísticas. Silveira e Baalbaki (2024, p. 82) observam que, se a produção científica já apresenta falta de equidade entre homens e mulheres, a disparidade se amplia quando o foco recai sobre mulheres surdas. As autoras destacam a necessidade de dar visibilidade às pesquisadoras surdas em seus campos de atuação e registram que grande parte das doutoras surdas brasileiras se concentra nas áreas de Linguística e Educação. Esse dado permite compreender que o problema não se restringe ao ingresso no ensino superior, pois envolve permanência, reconhecimento, progressão acadêmica, autoria e circulação dos conhecimentos produzidos por essas mulheres.

O debate sobre autoria feminina surda é particularmente relevante porque as narrativas sobre surdez foram, durante longos períodos, produzidas predominantemente por instituições e sujeitos ouvintes. Patrocínio (2020, p. 254-256) demonstra que a emergência de textos assinados por mulheres surdas altera esse regime de representação, pois desloca essas mulheres da posição de objeto de discurso para a posição de sujeito da enunciação. As autobiografias, performances poéticas e produções em línguas de sinais analisadas

pelo autor revelam um campo heterogêneo no qual gênero, diferença surda e experiência visual articulam-se para produzir formas próprias de autorrepresentação.

Nesse sentido, a Libras assume função decisiva. Ela não deve ser reduzida a instrumento de tradução de um conhecimento previamente constituído em português, uma vez que pode participar da própria elaboração conceitual, da interlocução entre pesquisadoras e comunidades e da exposição de resultados. Perlin e Jung (2024, p. 32) afirmam que “mulheres surdas constroem seus saberes e conhecimentos através da língua de sinais”, relacionando essa produção a saberes situados e corporificados. A afirmação reforça que a língua de sinais integra o processo epistemológico: é por meio dela que experiências são nomeadas, categorias são questionadas e conhecimentos podem ser compartilhados a partir de uma visualidade específica.

A centralidade da Libras torna-se ainda mais importante quando se considera a circulação do conhecimento científico. Gomides et al. (2022, p. 201-206) mostram que grande parte da produção sobre educação de surdos continua disponibilizada apenas em português escrito e, em menor proporção, em inglês, frequentemente em arquivos PDF. Embora existam periódicos, repositórios e experiências de publicação em vídeo, as ações de divulgação científica em Libras permanecem fragmentadas. Esse

cenário cria uma contradição: pesquisas voltadas à comunidade surda podem ser produzidas e avaliadas dentro das universidades sem que parte significativa da própria comunidade tenha acesso linguístico direto aos resultados.

Também é indispensável considerar a heterogeneidade das experiências femininas surdas. A condição de mulher surda pode ser atravessada por raça, etnia, território, classe social e diferentes trajetórias de aquisição linguística. Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 95-99) discutem o caso de uma mulher negra surda a partir dos conceitos de privação linguística, violência linguística e epistemicídio surdo, demonstrando como o apagamento de uma língua e de uma história pode produzir formas profundas de exclusão. Vilhalva (2024, p. 41-44), ao escrever a partir da condição de mulher indígena surda, pesquisadora, escritora e poetisa, amplia o campo ao reivindicar direitos linguísticos e espaço para línguas indígenas de sinais, Libras e diferentes formas de escrivência.

Diante desse quadro, o presente artigo tem como objetivo discutir as relações entre Libras, autoria e divulgação científica por mulheres surdas, enfatizando seu protagonismo na produção e na circulação de conhecimentos. Busca-se compreender de que modo a autoria feminina surda tensiona processos históricos de silenciamento, como a Libras pode ser reconhecida como língua de produção acadêmica e quais estratégias visuais e digitais contribuem para

democratizar a divulgação científica. O texto adota abordagem qualitativa e caráter bibliográfico, mobilizando estudos disponibilizados em periódicos das áreas de Educação, Letras, Estudos Surdos e Línguas de Sinais. A análise organiza-se em quatro eixos articulados: protagonismo e presença feminina surda na ciência; autoria e autorrepresentação; Libras e justiça linguística na produção acadêmica; e circulação/divulgação científica em formatos acessíveis.

REFERENCIAL TEÓRICO

Mulheres surdas, protagonismo e presença na ciência

A presença de mulheres surdas nos espaços científicos precisa ser compreendida em uma história mais ampla de disputas por educação, língua, cidadania e participação social. A universidade, embora seja um espaço de produção de conhecimentos e de formação de pesquisadores, não está separada das desigualdades existentes na sociedade. Para mulheres surdas, essas desigualdades podem combinar barreiras de gênero, obstáculos de comunicação, audismo, baixa oferta de serviços linguísticos, exigências acadêmicas pouco flexíveis e ausência de referências de outras mulheres surdas em determinadas áreas. Por isso, protagonismo científico não corresponde apenas à obtenção de títulos, mas à possibilidade concreta de participar

da definição de problemas, métodos, conceitos e formas de divulgação.

Silveira e Baalbaki (2024, p. 81-82) situam a produção científica como um terreno ainda marcado pelo sexismo e observam que a desigualdade se intensifica quando se trata de pesquisadoras surdas. O levantamento apresentado pelas autoras tem função política e epistemológica: tornar visíveis trajetórias que frequentemente permanecem dispersas ou pouco lembradas pela história acadêmica. Ao registrar nomes de cientistas e pesquisadoras surdas, o estudo contribui para interromper a ideia de excepcionalidade individual e permite perceber a formação de uma presença coletiva, ainda que desigual entre campos de conhecimento e instituições.

A trajetória destacada por Silveira e Baalbaki (2024, p. 85-92) inclui mulheres que se tornaram referências acadêmicas para a comunidade surda brasileira. As autoras apontam o caráter simbólico de pioneirismos, pois a conquista de um título ou de uma posição institucional pode abrir possibilidades imaginadas por gerações seguintes. Em suas considerações finais, recuperam uma formulação que sintetiza essa dimensão: “o reconhecimento da presença, da resistência e da importância das mulheres surdas” precisa ser discutido dentro da universidade (Stelmacki, 2021, p. 3 *apud* Silveira; Baalbaki, 2024, p. 92). O uso da citação de citação é pertinente neste estudo porque o texto de Stelmacki não integra o conjunto de materiais

diretamente consultados, sendo sua formulação acessada por meio de Silveira e Baalbaki.

Rangel (2024, p. 53-55) oferece outra chave para compreender a relevância das trajetórias femininas surdas ao trabalhar com os conceitos de pioneirismo, protagonismo e heroísmo. A autora mostra que a memória comunitária atribui valor a pessoas que lutaram por uma causa, ocuparam espaços anteriormente considerados inacessíveis e contribuíram para mudanças coletivas. Essa perspectiva é importante para o campo científico porque demonstra que a produção acadêmica de mulheres surdas não se esgota nos artigos publicados: envolve também docência, militância linguística, formação de outras pessoas surdas, participação em associações, criação de cursos e abertura institucional de espaços para Libras.

O protagonismo, contudo, não pode ser romantizado como resultado exclusivo de esforço individual. Perlin e Jung (2024, p. 31-33) registram que mulheres surdas continuam enfrentando práticas de subalternização, roubo do lugar de fala, estereótipos de incapacidade e desigualdades no trabalho. As autoras destacam que ainda é reduzido o número de mulheres surdas atuando em universidades como docentes e pesquisadoras. Isso demonstra que a existência de pioneiras não elimina barreiras estruturais; ao contrário, ajuda a torná-las mais visíveis e fornece parâmetros para avaliar a distância entre conquistas individuais e igualdade institucional.

Atualmente, ainda é pequeno o número de mulheres surdas que está atuando nalgumas universidades do país como docentes e pesquisadoras. Há também algumas estudantes surdas de graduação e pós-graduação espalhadas nas Instituições de Ensino Superior (IES). No entanto, apesar da presença feminina surda na ciência, ainda se entende que as mulheres surdas pouco avançam na carreira e, até mesmo, na consciência de problemas que nos atingem pelo fato de sermos mulheres. (Perlin; Jung, 2024, p. 33).

A citação evidencia uma dimensão central para este estudo: protagonismo não significa negar desigualdades, mas construir condições para enfrentá-las. A presença de mulheres surdas na ciência precisa ser acompanhada por políticas linguísticas, oportunidades de formação, reconhecimento profissional e condições de autoria. Se a pesquisadora surda depende permanentemente de mediações definidas por instituições ouvintes para escrever, apresentar ou divulgar seu trabalho, o acesso existe de modo parcial. A autonomia acadêmica pressupõe poder selecionar a língua, o suporte e as estratégias de comunicação mais adequadas à pesquisa e ao público.

A discussão também demanda atenção às intersecções. Stumpf, Rezende-Curione e Souza (2024, p. 95-99) mostram que gênero e surdez não podem ser tratados como categorias isoladas quando a experiência é atravessada por raça e privação linguística. O conceito de epistemicídio surdo utilizado pelas autoras permite refletir sobre formas de apagamento que atingem a produção e a circulação de saberes. Não se trata apenas de impedir alguém de frequentar uma

escola ou universidade; trata-se também de negar acesso a uma língua em tempo adequado, apagar narrativas próprias, desautorizar a interpretação produzida por sujeitos surdos e substituir sua voz por discursos externos.

Autoria feminina surda, autorrepresentação e produção de conhecimento

A autoria feminina surda pode ser analisada como uma prática de construção de sujeito. Em contextos nos quais mulheres surdas foram representadas prioritariamente por discursos médicos, educacionais ou familiares, a possibilidade de narrar a própria trajetória possui alcance político. Assinar um texto, produzir um vídeo em Libras, publicar uma autobiografia ou apresentar uma pesquisa em língua de sinais são gestos que reorganizam relações de poder, porque tornam a experiência surda fonte legítima de interpretação e não apenas objeto a ser explicado.

Patrocínio (2020, p. 254-256) desenvolve essa questão ao analisar textos de autoria de mulheres surdas e suas formas de autorrepresentação. O autor argumenta que a heterogeneidade das experiências exige reconhecer diferentes gêneros e suportes, desde narrativas autobiográficas até performances poéticas em língua de sinais. A autoria feminina surda constitui, nessa perspectiva, uma territorialidade discursiva: demarca um espaço em que a mulher surda

aparece como sujeito do discurso e pode construir sua própria representação, afastando-se da posição silenciosa de objeto.

A historiografia nos revela as muitas interdições sofridas pelo corpo surdo, seja pelas inúmeras tentativas de cerceamento e proibição do uso de uma língua gesto-visual ou pelo seu completo isolamento, o corpo da mulher surda ainda ocupa o incômodo lugar de objeto de discursos normativos baseados em conceitos estereis formados pela modernidade ocidental. No entanto, é esse mesmo corpo que surge enquanto recurso e veículo para a produção de uma discursividade que busca rasurar noções fixas e rígidas. Corpo desobediente que irrompe o silenciamento e performa uma forma de linguagem baseada em uma experiência gesto-visual. Corpo que solicita a demarcação de novos modos de ser, viver e expressar. Corpo que expõe a precariedade dos discursos normativos. (Patrocínio, 2020, p. 255).

A reflexão de Patrocínio (2020, p. 256) é particularmente produtiva ao afirmar que a categoria de autoria feminina surda valoriza o sujeito da enunciação como sujeito do conhecimento. Essa formulação aproxima literatura e ciência porque ambas dependem de reconhecimento autoral. Na pesquisa acadêmica, a assinatura de mulheres surdas pode representar a possibilidade de definir problemas a partir de experiências corporificadas, propor conceitos e disputar interpretações sobre educação, língua, cultura, gênero e políticas públicas. A autoria, nesse caso, não é somente direito moral sobre um texto, mas participação na constituição de um campo de saber.

Araújo e Ramos (2020, p. 94-96) analisam autobiografias de Emmanuelle Laborit e Shirley Vilhalva e mostram que as narradoras produzem imagens de si articuladas a identidades e culturas surdas plurais. As autoras destacam que a escrita autobiográfica ultrapassa o relato privado, pois o “eu” é também sujeito social e, por isso, as memórias individuais podem adquirir valor coletivo. Essa relação entre experiência pessoal e memória coletiva também aparece em pesquisas realizadas por mulheres surdas, especialmente quando a investigação nasce de trajetórias vividas em escolas, movimentos sociais, comunidades linguísticas e instituições de ensino superior.

A autobiografia e a escrevivência ajudam a compreender que experiência não é sinônimo de ausência de rigor. Ao contrário, a explicitação do lugar de enunciação pode tornar visíveis condições que normalmente permanecem ocultas em modelos supostamente neutros. Vilhalva (2024, p. 41-44) assume sua condição de mulher indígena surda, professora, pesquisadora, escritora e poetisa para narrar experiências relacionadas a direitos linguísticos e culturas de comunidades surdas indígenas. A escolha da escrevivência funciona como método e como posicionamento epistemológico, porque articula memória pessoal a experiências coletivas.

É preciso que haja permissão aos direitos linguísticos e ao espaço cultural e de saberes indígenas, além de estarem presentes, em escala maior, as questões relacionadas aos direitos linguísticos das comunidades

surdas dentro dos territórios em diferentes aspectos da diversidade e especificidades culturais, tanto na visão dos saberes indígenas, quanto surdos. Destacar a importância de preservar e valorizar as línguas indígenas de sinais das comunidades indígenas surdas, incluindo a língua brasileira de sinais, o português e as línguas étnicas escritas é urgente. E, para que possamos colocar isso em prática, será necessário que haja espaço para apropriação da escrevivência pelas próprias mulheres surdas indígenas em contexto de território indígena ou urbano. (Vilhalva, 2024, p. 44).

Müller e Karnopp (2015, p. 1055-1058) contribuem para essa discussão ao investigar narrativas de autoria surda que circulam em português escrito. As autoras mostram que escrever em uma segunda língua pode funcionar como tradução cultural, legitimando o discurso surdo e ampliando a difusão de experiências para leitores de outros grupos. O processo não deve ser interpretado como abandono da Libras, mas como trânsito entre línguas e culturas. Para mulheres surdas na ciência, essa perspectiva é especialmente relevante, pois grande parte da publicação acadêmica brasileira ainda exige português escrito; produzir textos nessa língua pode constituir uma estratégia de circulação, desde que a Libras não seja deslegitimada nem impedida de ocupar espaços autorais próprios.

O trânsito entre Libras e português também exige cuidado para que a tradução não apague marcas da enunciação original. Caldas (2021) registra que seu artigo foi traduzido de Libras para o português, informação que evidencia a existência de uma cadeia autoral e

tradutória. Esse tipo de transparência é importante em periódicos científicos, pois permite reconhecer que um texto em português pode ter sido produzido originalmente em Libras. Em vez de invisibilizar o processo tradutório, a publicação pode valorizá-lo como parte da metodologia de produção e circulação do conhecimento.

Nesse ponto, torna-se necessário distinguir autoria de visibilidade superficial. A presença de uma mulher surda em um vídeo institucional não significa, por si só, que ela seja autora do conhecimento divulgado. Autoria pressupõe participação na concepção, elaboração e responsabilidade pelo conteúdo. Uma política consistente de divulgação científica em Libras deve, portanto, estimular mulheres surdas a ocupar funções de pesquisadoras, roteiristas, apresentadoras, editoras, pareceristas e coordenadoras de projetos, em vez de limitar sua participação à imagem de representatividade ou à validação final de materiais concebidos por equipes ouvintes.

Libras, autoria acadêmica e justiça linguística

O reconhecimento da Libras como língua de comunicação e expressão no Brasil produziu mudanças importantes na educação e na visibilidade da comunidade surda, mas os efeitos desse reconhecimento ainda não se distribuem de forma equivalente no

sistema científico. No ensino superior, a língua portuguesa escrita continua ocupando posição dominante em regulamentos, avaliações, trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e periódicos. A presença de intérpretes pode reduzir barreiras comunicacionais, porém não resolve integralmente a questão da autoria, pois interpretar uma aula ou uma defesa é diferente de reconhecer a Libras como língua em que o conhecimento pode ser concebido, registrado, avaliado e publicado.

Gomides *et al.* (2022, p. 201-203) argumentam que estudos sobre, para e de surdos, quando não realizados legitimamente em sua língua, podem contribuir para a manutenção de formas de colonização e distanciamento do conhecimento. Os autores defendem a participação da comunidade surda nos debates que lhe dizem respeito e destacam que a Libras precisa figurar nos espaços formativos de maneira efetiva. A formulação “nada sobre nós sem nós”, retomada no artigo, adquire dimensão linguística: não basta incluir pessoas surdas como participantes se as condições de produção científica continuam definidas integralmente por uma língua majoritária.

No ambiente universitário, isso significa pensar em regulamentos capazes de aceitar produtos acadêmicos em Libras, repositórios que armazenem vídeo-registros com metadados adequados, bancas preparadas para avaliar trabalhos em língua de sinais e políticas editoriais que permitam submissão e publicação em

formatos multimodais. Gomides *et al.* (2022, p. 202-203) registram que ainda são escassos os trabalhos de finalização de curso produzidos integralmente em Libras e sugerem que regulamentos institucionais condicionam a produção à língua portuguesa. A dificuldade não é apenas técnica: decorre de uma concepção restrita sobre o que conta como texto acadêmico.

Borges (2020, p. 1-2) observa que acessibilidade no ensino superior envolve respeito à diversidade linguística e mecanismos de comunicação adequados. Embora o estudo focalize experiências de estudantes surdos na graduação, suas conclusões ajudam a pensar a etapa seguinte: estudantes que permanecem e concluem seus cursos podem tornar-se autores de pesquisas, professores e pós-graduandos. Se o acesso universitário não incluir competências e condições para a produção científica em Libras e em português como segunda língua, a democratização tende a interromper-se justamente quando se iniciam os processos de autoria acadêmica.

A justiça linguística, nesse contexto, não implica eliminar o português escrito. A circulação científica demanda múltiplas línguas e suportes, e mulheres surdas podem optar por escrever em português, produzir em Libras ou articular as duas línguas. O problema aparece quando uma única modalidade é transformada em requisito absoluto de legitimidade. A possibilidade de escolha, acompanhada de recursos institucionais e de critérios de avaliação coerentes com cada língua,

amplia a autonomia autoral e evita que a diferença linguística seja tratada como deficiência acadêmica.

A construção de terminologia científica em Libras é parte dessa autonomia. Áreas do conhecimento utilizam vocabulários especializados, e a ausência de sinais amplamente conhecidos pode dificultar aulas, traduções e divulgação. Malacarne e Oliveira (2018, p. 291-293) analisam sinalários de Ciências e mostram que eles surgem para atender à necessidade de expressar termos específicos em diferentes áreas de formação. A produção desses recursos em vídeo amplia o acesso, mas os autores alertam que muitos sinalários apresentam apenas o sinal, sem explicação conceitual, e podem refletir variações regionais. Em vez de compreender essa variação como falha da língua, é mais produtivo reconhecer a necessidade de documentação, contextualização e diálogo entre comunidades de uso.

A questão pode ser ampliada para materiais educacionais e de divulgação. Dias *et al.* (2023, p. 58-62) apresentam a proposta de um visualcast intercultural construído a partir da cultura surda, da Libras, de imagens e de conteúdos relacionados à Mata Atlântica e aos povos originários. O recurso foi pensado como alternativa visual ao podcast e como material bilíngue. A experiência demonstra que divulgação científica acessível não precisa reproduzir formatos concebidos para uma lógica sonora; pode nascer de outras arquiteturas

comunicacionais, explorando visualidade, sinalização, imagens e montagem audiovisual desde o início.

Divulgação científica, circulação e tecnologias visuais

A divulgação científica compreende ações destinadas a aproximar conhecimentos científicos de públicos mais amplos, utilizando linguagens e suportes adequados às diferentes situações de comunicação. Para a comunidade surda, essa definição exige considerar a modalidade visuoespacial da Libras e as formas de apropriação de conteúdos em vídeo. Malacarne e Oliveira (2018, p. 291-292) assinalam que um dos objetivos da divulgação científica é ampliar o acesso ao conhecimento e que o ciberespaço oferece oportunidades para processos de educação não formal. Plataformas de vídeo, redes sociais e aplicativos de mensagens possibilitam circulação rápida de sinais, conceitos e debates científicos.

A expansão dos meios digitais não elimina, entretanto, desigualdades. Produzir um vídeo em Libras exige planejamento linguístico e audiovisual, conhecimento do público, revisão do conteúdo e atenção à qualidade técnica. A tradução literal de textos acadêmicos extensos pode gerar materiais pouco adequados à comunicação em língua de sinais. Por isso, divulgação científica em Libras deve combinar precisão conceitual e estratégias discursivas próprias, incluindo exemplos visuais, organização espacial, imagens,

legendas, referências e, quando necessário, recursos gráficos que apoiem a compreensão.

O problema da circulação é evidenciado de maneira direta por Gomides *et al.* (2022, p. 204-206). Após examinar bases acadêmicas, os autores identificaram grande volume de pesquisas sobre surdez e educação de surdos disponibilizadas em português e, em alguns casos, em inglês, mas pouca presença de versões em línguas visuoespaciais. Essa constatação ajuda a distinguir disponibilidade de acessibilidade: um artigo pode estar em acesso aberto e, ainda assim, permanecer linguisticamente inacessível para parte do público surdo.

Conforme salientado nas seções anteriores, as pesquisas mais atuais que enfocam a educação de surdos no Brasil têm sido divulgadas em língua portuguesa escrita, ou língua inglesa (em menor número), apenas em suporte PDF. Ou seja, a produção de conhecimento sobre a comunidade surda em artigos científicos, teses e dissertações tem ocorrido, unicamente, em línguas orais-auditivas, de forma escrita. Esse tipo de divulgação exclui do acesso surdos sinalizantes não bilíngues. Tendo em vista essa constatação, lançamo-nos em uma pesquisa mais centrada em bases que, conforme sabemos previamente, são destinadas à formação ou divulgação de trabalhos mais direcionados a essa comunidade (Gomides *et al.*, 2022, p. 205).

O diagnóstico permanece relevante para pensar divulgação científica produzida por mulheres surdas. Se pesquisadoras surdas publicam seus resultados apenas em português por exigência institucional, o conhecimento pode alcançar a comunidade acadêmica

majoritária, mas não necessariamente circular entre pessoas surdas que utilizam Libras como principal língua. A solução não é abandonar o artigo escrito, e sim adotar uma lógica multilíngue e multimodal: artigo em português, resumo expandido ou vídeo em Libras, apresentação sinalizada dos resultados, materiais complementares e repositórios que preservem versões em vídeo.

Os periódicos podem desempenhar função estratégica nesse processo. Gomides *et al.* (2022, p. 205-206) identificam experiências de periódicos que aceitam ou publicam vídeos em Libras e mencionam a Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras como exemplo de publicação composta por trabalhos em vídeo. O princípio pode ser ampliado por revistas de diferentes áreas: instruções de submissão em Libras, resumos sinalizados, pareceres acessíveis, identificadores persistentes para vídeos e sistemas de indexação que permitam localizar produções em língua de sinais.

As redes sociais também podem ampliar a circulação de produções autorais. Medeiros *et al.* (2021) mostram o crescimento da circulação de poesias sinalizadas em saraus, slams, festivais, congressos, plataformas de vídeo e redes sociais. Embora o objeto do estudo seja literário e não científico, a dinâmica de circulação oferece pistas relevantes: produções em Libras alcançam públicos por meio de compartilhamento audiovisual, articulação comunitária e eventos presenciais e virtuais. A divulgação científica pode dialogar com essas

práticas sem perder rigor, criando vídeos curtos, séries temáticas, entrevistas com pesquisadoras e apresentações em Libras que encaminhem o público para versões acadêmicas completas.

Outro aspecto é a formação de novas autoras. Quando estudantes surdas encontram conteúdos científicos em Libras, conhecem pesquisadoras surdas e observam modelos de comunicação acadêmica visual, ampliam-se as possibilidades de identificação com a carreira científica. Silveira e Baalbaki (2024, p. 92) ressaltam a importância simbólica das trajetórias de pesquisadoras que abriram caminhos para outras mulheres. Assim, divulgação científica e formação de pesquisadoras não são processos independentes: dar visibilidade a mulheres surdas que produzem ciência pode funcionar como ação de orientação acadêmica e de construção de pertencimento.

Também é necessário valorizar a colaboração entre mulheres surdas. Produção e circulação de conhecimentos ocorrem por redes de orientação, grupos de pesquisa, movimentos sociais, eventos científicos e projetos de extensão. Caldas (2021) evidencia a importância das articulações coletivas na história do movimento surdo, enquanto Rangel (2024) mostra como memórias de protagonismo são construídas comunitariamente. Essas redes criam condições para troca de referências, criação de vocabulário, formação de jovens pesquisadoras e ampliação da presença de mulheres surdas em espaços de decisão acadêmica.

No plano editorial, uma política de incentivo à autoria feminina surda pode incluir chamadas temáticas, participação de pesquisadoras surdas em conselhos científicos, formação de pareceristas, submissão de vídeo-artigos e resumos em Libras, além de critérios explícitos para descrição e citação de materiais audiovisuais. Em instituições de ensino superior, iniciativas semelhantes podem apoiar grupos de escrita bilíngue, laboratórios de vídeo, serviços de tradução acadêmica e oficinas de terminologia. Essas medidas não devem ser entendidas como concessões, mas como investimentos na diversidade epistemológica da ciência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida permite concluir que Libras, autoria e divulgação científica são dimensões inseparáveis quando se discute o protagonismo de mulheres surdas na produção de conhecimentos. Reconhecer a presença dessas mulheres na ciência não significa apenas contabilizar títulos ou registrar casos pioneiros. Significa compreender que pesquisadoras surdas participam da construção de campos de saber, elaboram interpretações sobre experiências linguísticas e culturais e contribuem para deslocar perspectivas historicamente centradas em sujeitos ouvintes.

Os estudos examinados mostram que a autoria feminina surda é formada em múltiplos suportes. Ela aparece em artigos científicos, autobiografias, poemas, performances em Libras, registros em vídeo, narrativas de liderança, sinalários e projetos educativos. Essa diversidade revela que a autoria não pode ser reduzida ao texto escrito. A universidade e os periódicos científicos precisam desenvolver critérios e infraestruturas capazes de reconhecer produções visuoespaciais como objetos acadêmicos legítimos, sem eliminar a possibilidade de trânsito entre Libras e português escrito.

A Libras ocupa posição central nesse processo por ser língua de interação, identidade e produção conceitual para parte significativa da comunidade surda. Quando a pesquisa sobre surdez circula exclusivamente em português ou inglês, mesmo em acesso aberto, mantém-se uma barreira que limita a participação de surdos sinalizantes. Por isso, políticas de ciência aberta precisam incorporar acessibilidade linguística. Resumos em Libras, vídeo-artigos, repositórios audiovisuais, apresentações sinalizadas e documentação de terminologia podem ampliar o alcance do conhecimento e produzir novas relações entre universidade e comunidade.

As trajetórias de mulheres surdas registradas por Silveira e Baalbaki, Rangel, Perlin e Jung, Vilhalva e outras autoras utilizadas neste artigo demonstram que protagonismo é produzido por redes, memórias, movimentos e oportunidades institucionais. Pioneirismos

possuem valor simbólico porque ampliam o horizonte de possibilidades para meninas e jovens surdas. Entretanto, a celebração dessas trajetórias não deve ocultar desigualdades persistentes. O número reduzido de docentes e pesquisadoras surdas, a centralidade exclusiva do português e as barreiras de acesso a informações científicas mostram que a inclusão acadêmica permanece incompleta.

A autoria feminina surda também desafia a lógica do silenciamento. Ao produzir narrativas sobre si e sobre a comunidade, mulheres surdas deslocam-se do lugar de objeto para o de sujeito do conhecimento. Esse movimento ganha força quando a experiência individual é articulada ao coletivo, como ocorre na escrevivência de Vilhalva e nas autorrepresentações analisadas por Patrocínio, Araújo e Ramos. A experiência visual e linguística não deve ser compreendida como elemento exterior à ciência, mas como parte das condições a partir das quais perguntas e interpretações são formuladas.

No campo da divulgação científica, as tecnologias digitais ampliam possibilidades, mas não garantem democratização por si mesmas. A produção audiovisual precisa ser linguisticamente adequada, conceitualmente rigorosa e documentalmente estável. Sinalários, visualcasts e vídeos em Libras tornam-se mais potentes quando oferecem contextualização, autoria identificada, referências e recursos de busca. A expansão desses formatos pode favorecer tanto o

acesso de comunidades surdas quanto a formação de novos pesquisadores e pesquisadoras.

Dessa forma, recomenda-se que universidades e periódicos avancem em políticas multilíngues e multimodais. É necessário permitir produções acadêmicas em Libras, ampliar serviços de apoio à escrita em português como segunda língua, criar estruturas para registro e preservação de vídeos, formar bancas e pareceristas capazes de avaliar trabalhos sinalizados e assegurar a participação de mulheres surdas em decisões editoriais e científicas. Tais ações podem fortalecer a autonomia autoral e reduzir a dependência de mediações que, quando mal planejadas, substituem a voz da pesquisadora em vez de ampliá-la.

Conclui-se, portanto, que promover a circulação de conhecimentos produzidos por mulheres surdas é uma questão de justiça linguística e de qualidade científica. A ciência se torna mais plural quando diferentes experiências podem formular problemas e participar da construção de respostas. Fortalecer a Libras como língua de ciência, ampliar a visibilidade das pesquisadoras surdas e diversificar os meios de divulgação são estratégias complementares para produzir um espaço acadêmico em que mulheres surdas não sejam apenas incluídas, mas reconhecidas como autoras, referências e protagonistas da produção de conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Danielle Reis; RAMOS, Danielle Cristina Mendes Pereira. Laborit e Vilhalva: da narrativa intimista à análise comparatista da condição feminina surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 53, p. 93-105, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1582>. Acesso em: 10 jul. 2026.

BORGES, Rosangela Lopes. Libras e acessibilidade para surdos no ensino superior. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 5, e60287, 2020. DOI: <https://doi.org/10.5216/rs.v5.60287>. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/rs.v5.60287>. Acesso em: 15 jul. 2026.

CALDAS, Ana Luiza Paganelli. Memórias, histórias e narrativas da liderança surda na luta pela cidadania: da semente plantada à árvore crescida. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e69252, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.69252>. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.69252>. Acesso em: 20 jul. 2026.

DIAS, Priscila Maria de Oliveira et al. A proposição de um visualcast intercultural, pensado a partir da cultura surda, tendo como tema a Mata Atlântica e os povos originários. **Revista Arqueiro**, Rio de Janeiro, n. 44, p. 58-70, jan./jun. 2023. DOI: <https://doi.org/10.20395/re.2023.44.58-70>. Disponível em: <https://doi.org/10.20395/re.2023.44.58-70>. Acesso em: 24 jul. 2026.

GOMIDES, Paula Aparecida Diniz et al. Libras como língua minoritária: estratégias de acesso e circulação do conhecimento científico produzido sobre e pela comunidade surda. **SCIAS Língua de Sinais**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 195-213, jul./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.36704/sciasls.v1i1.6802>. Disponível em: <https://revista.uemg.br/sciasls/article/view/6802>. Acesso em: 28 jul. 2026.

MALACARNE, Vilmar; OLIVEIRA, Verônica Rosemary de. A contribuição dos sinalários para a divulgação científica em Libras. **Ensino Em Re-Vista**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 289-305, maio/ago. 2018. DOI: <https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-2>. Disponível em: <https://doi.org/10.14393/ER-v25n2a2018-2>. Acesso em: 31 jul. 2026.

MEDEIROS, Jonatas Rodrigues et al. Injustiças sociais e direitos humanos nas literaturas surdas: olhares emergentes para saberes poéticos. **Revista Sinalizar**, Goiânia, v. 6, e68740, 2021. DOI: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.68740>. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/RS.v6.68740>. Acesso em: 1 set. 2026.

MÜLLER, Janete Inês; KARNOPP, Lodenir Becker. Tradução cultural em educação: experiências da diferença em escritas de surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 4, p. 1055-1068, out./dez. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031750>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031750>. Acesso em: 2 set. 2026.

PATROCÍNIO, Paulo Roberto Tonani do. “Eu sou surda, tenho a minha voz”: leituras sobre autoria feminina surda. **Revista Criação & Crítica**, São Paulo, n. 28, p. 254-274, dez. 2020. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.1984-1124.i28p254-274>. Disponível em: <https://revistas.usp.br/criacaoecritica/article/view/171829>. Acesso em: 3 set. 2026.

PERLIN, Gladis; JUNG, Ana Paula. O protagonismo contemporâneo da mulher surda e a luta contra todas as formas de violência linguística e de gênero. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 26-40, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.26-40>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1778>. Acesso em: 3 set. 2026.

RANGEL, Gisele Maciel Monteiro. Protagonismo e pioneirismo na constituição do heroísmo feminino surdo. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 53-66, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.53-66>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1780>. Acesso em: 4 set. 2026.

SILVEIRA, Luciane Cruz; BAALBAKI, Angela Corrêa Ferreira. Mulheres surdas na ciência: necessária visibilidade. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 79-93, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.79-93>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1782>. Acesso em: 5 set. 2026.

STUMPF, Marianne Rossi; REZENDE-CURIONE, Patrícia Luiza Ferreira; SOUZA, Joyce Cristina. Epistemicídio surdo, privação e violência linguística: estudo de caso de Sônia, uma mulher negra surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 94-106, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.94-106>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1783>. Acesso em: 5 set. 2026.

VILHALVA, Shirley. Ser e estar da mulher indígena surda. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, n. 60, p. 41-52, jan./jun. 2024. DOI: <https://doi.org/10.20395/revesp.2024.60.1.41-52>. Disponível em: <https://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaco/article/view/1779>. Acesso em: 6 set. 2026.